

Conselho Estadual do Patrimônio Cultural aprova novos tombamentos



Arquivo IEPHA/MG

Vista da Serra da Calçada, na RMBH, que foi tombada pelo CONEP



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



Confira na página 08

Entrevista: Pioneiro na preservação, professor
Luciano Amédée Péret fala sobre patrimônio cultural
_____ páginas 06 e 07

IEPHA e Rede Minas, parceiros na valorização
do patrimônio
_____ páginas 04



Reprodução

Cena do episódio sobre carros de boi, do Programa Bem Cultural

Impresso
Especial

7397091256-DR/MG

IEPHA/MG

...CORREIOS...

Editorial

Uma opção por Luisa

Deixou a presidência do IEPHA/MG, no início de julho, Liana Portilho, que volta a assumir seu cargo na Advocacia Geral do Estado. O exercício da presidência com a dedicação e determinação com que sempre exerceu a função foi se tornando incompatível com uma ainda mais nobre missão – a de ser mãe.

Foi uma opção pessoal, talvez sofrida, porém lúcida, que todos respeitamos: uma escolha por Luisa, sua filha. Para estar junto, acompanhar, ser amiga e companheira de Luisa faz-se necessário conciliar melhor em sua vida cotidiana o "tempo e suas horas", pois como nos fala Carlos Drummond de Andrade "mãe não tem limite, é tempo sem hora..."

Sua gestão, compartilhada com uma equipe composta por novos diretores, assessores e gerentes, e com o apoio do reduzido e eficaz corpo técnico existente no IEPHA/MG, com o incondicional apoio da Secretaria de Cultura, foi de grandes conquistas: uma nova tabela salarial equiparada às outras fundações estaduais – reivindicada há mais de 13 anos pelo corpo técnico; um novo estatuto para o IEPHA, a consolidação do Conselho Estadual do Patrimônio, os trabalhos de organização e definição de metas para o Acordo de Resultados, com assessoria da SEPLAG, além do grande número de ações em função das novas e crescentes demandas do governo e da sociedade mineira em prol do nosso imensurável patrimônio cultural.

Sua passagem pela presidência torna-se um marco no novo momento da Instituição. A presidente Liana pode se orgulhar de ter cumprido, e bem, sua missão. É uma perda para o IEPHA/MG. A casa lhe deseja sucesso profissional e familiar. E espero poder contar com sua experiência quando necessário.

Neste número do Bem Informado, temos uma entrevista com o arquiteto e professor Luciano Amédee Péret, que a este Instituto dedicou bom tempo de sua vida profissional, inclusive como presidente. A história da instituição e a sua história profissional se unem em uma só missão: a busca da preservação do Patrimônio Cultural de Minas. Sua capacidade técnica, aliadas à simpatia e cordialidade com o próximo, marca seu caráter e identidade profissional.

Outros assuntos importantes são levados a nossos leitores: os cuidados e a dedicação dos funcionários do ateliê de restauro nas suas tarefas cotidianas; um novo programa da Rede Minas focando o patrimônio mineiro, em parceria com o IEPHA/MG; novos tombamentos aprovados pelo Conep; uma singular ação de Educação Patrimonial em Santana do Paraíso, no Vale do Aço. Mais um bem tombado é analisado, a Capela de Nossa Senhora do Rosário em Chapada do Norte. A iconografia neste número aborda a Natividade e infância da Virgem Maria, além de outras informações preciosas em relação ao patrimônio. Uma boa leitura.

Carlos Roberto Noronha
Presidente

Memória e Interdisciplinaridade

Iniciativa da Diretoria de Proteção e Memória do IEPHA/MG, o simpósio "Memória e Interdisciplinaridade: olhares e experiências sobre o patrimônio cultural", que acontece durante o XVI Encontro Regional de História da ANPUH-MG, contará com a participação de pesquisadores de diversas instituições mineiras e do país, como UFMG, UFJF, UFB, UFSJ, UnB, Fundação Getúlio Vargas e IPHAN.

Para a coordenadora, Maria Marta Araújo, o objetivo da interdisciplinaridade foi plenamente atingido, pois o evento vai congrega profissionais das mais diferentes áreas em torno da reflexão sobre a preservação do patrimônio cultural: história, arquitetura, educação, antropologia, museologia, arquivística, arte e literatura.

O IEPHA/MG garante sua presença, por meio de comunicações que retratam os trabalhos da instituição e aprofundam temas de grande relevância, como a preservação do patrimônio cultural urbano, com destaque para Belo Horizonte e Pitangui; educação patrimonial e cidadania; tombamento de bens naturais e a importância da literatura para a reflexão sobre a memória, tendo como foco a poesia de Drummond.

O simpósio será de 20 a 25 deste mês, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), da UFMG, e a programação completa pode ser acessada na página: www.fafich.ufmg.br/xviencontrohistoria/ (Leia mais sobre o simpósio na página 10).

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Governador: Aécio Neves
Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
Secretária: Eleonora Santa Rosa
Secretário Adjunto: Marcelo Braga de Freitas

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS
Presidente: Carlos Roberto Noronha
Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza
Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino
Diretora de Proteção e Memória: Maria Marta Martins de Araújo
Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG
Assessoria de Comunicação
Edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)
Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)
Diagramação: Daniella Melo Jardim
Revisão: Pedro Souza Pinto
Fotos: Izabel Chumbinho
Impressão em papel Reciclado 90g/m² - Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal
É permitida a reprodução total ou parcial de textos e fotos, desde que citados o autor e a fonte.



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br
Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Conep aprova três tombamentos

Três bens culturais mineiros tiveram tombamento aprovado pelo Conselho Estadual do Patrimônio (Conep), durante reunião do colegiado em 30 de junho. Em todas as votações, unanimidade na aprovação da proteção. Com isso, o Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Antiga Estação da Estrada de Ferro Goiás-Araguari, no município de Araguari e a Casa Wenceslau Braz, de Itajubá, passam a ter tombamento definitivo. Já o Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada, entre os municípios de Brumadinho e Nova Lima, recebeu o tombamento provisório; garantia de plena proteção à área até que estudos mais detalhados possam embasar o tombamento definitivo.

Durante o encontro, o Conep ainda indicou o conselheiro André D'Ângelo para acompanhar o processo de tombamento do Núcleo Histórico de Pitangui, na Região Central, em andamento pelo IEPHA.

A diretora de Proteção e Memória do IEPHA, Maria Marta de Araújo, explica que o tombamento é um instrumento de proteção jurídica que estabelece certas restrições ao uso ou a eventuais intervenções em bens culturais de modo a protegê-los. Busca, assim, garantir a sua integridade e a preservação da memória de uma série de valores a eles associados. "O tombamento é, ao mesmo tempo, o reconhecimento do Estado e da sociedade sobre o valor de um bem que faz parte da sua história e, também, um mecanismo de proteção para que este valor não se perca", aponta Maria Marta.

| Proteção

A decisão sobre o tombamento provisório da Serra da Calçada foi recebida com grande entusiasmo pela Associação para Recuperação e Conservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada (Arca-Amaserra). "Se a proteção legal não viesse tão em tempo, talvez perdêssemos parte da Serra. Este tombamento é nossa esperança de mantermos totalmente resguardado um patrimônio com tamanha extensão e expressão, e que é um verdadeiro privilégio para nós, mineiros", comemora a presidente da associação, Janine Baraillon.

Acervo IEPHA/MG



▲ "Forte" situado na Serra da Calçada, em Brumadinho



Escadaria da Casa de Wenceslau Braz, em Itajubá ▲

A Serra abriga diversas nascentes, que abastecem cerca de 400 mil pessoas. É berço também de espécies raras de plantas e animais, além de ter enorme importância histórica, com a presença de ruínas relacionadas à exploração do ouro no século XVIII.

Enquanto o tombamento provisório da Serra da Calçada representou uma primeira garantia de proteção, a decisão por tornar definitivo o tombamento da Estação da Estrada de Ferro Araguari-Goiás foi recebido como um passo além pelo município, situado no Triângulo Mineiro. "Mesmo já contando com total proteção desde o tombamento provisório, em 2002, o tombamento estadual definitivo era muito esperado por nós como a concretização do reconhecimento do conjunto como um bem importante para todo o Estado", diz o assessor da Divisão Municipal de Patrimônio Histórico de Araguari, Clayton Carilli. Imóvel abandonado há mais de 30 anos, a Estação foi restaurada com a ajuda da população entre 2001 e 2005, e é hoje o maior centro cultural da cidade, hospedando, inclusive, um Museu Ferroviário.

Em Itajubá, a população recebeu com alegria a notícia do tombamento definitivo da casa de Wenceslau Braz, mais conhecida por Casa Rosada. O bem, tombado provisoriamente desde 2004, é um marco histórico para a cidade, não só como registro arquitetônico de uma época, mas também devido à importância de seu morador ilustre, o ex-presidente do Brasil entre 1914 e 1918, no período designado República Velha.

Patrimônio mineiro na tela da Rede Minas



Divulgação ADTV

Educação patrimonial e promoção do acervo cultural de Minas Gerais com o amplo alcance e diversidade audiovisual que só através da TV se pode atingir. É com essa proposta que estreou em junho o **Bem Cultural**, novo programa da Rede Minas, produzido em parceria com o IEPHA.

O programa não segue frequência rígida na grade da emissora. Como um especial, é produzido em séries temáticas, sendo que cada uma delas ainda subdivide os assuntos em episódios. Na estréia, foram ao ar os três episódios da primeira série, que se passa na região da Serra da Piedade. Tradição, fé e arte ancoraram as narrativas sobre a cultura rústica dos "Carros de Bois", a religiosidade mineira expressa no Jubileu de Nossa Senhora da Piedade, em Felixlândia, e a arte das imagens devocionais, exemplificada por "Piedades", de Aleijadinho e Ceschiatti.

Enquanto a primeira temporada trouxe o interior à tona, a nova coloca a metrópole em cena, pautando o diálogo entre tradição e contemporaneidade. O tema é a cultura de rua e o hip hop como patrimônio contemporâneo. Elementos como os murais urbanos, oralidade, mensagem e embate mostrarão um pouco mais sobre a estética e o conteúdo deste movimento cultural das grandes cidades.

Foram seis meses entre pesquisa, diálogo e registro deste universo, que renderam mais de 30 horas de gravação. A série está agora em edição e deve ir ao ar em breve.

| Preservação da cultura

Para coordenar a produção e dar todo o suporte e consultoria de conteúdos ao **Bem Cultural**, o IEPHA escalou Jason Barroso Santa Rosa, técnico com mais de 18 anos de casa e que já tinha alguma experiência na produção de videodocumentários. Exemplos são os registros sobre o Cine Metrópole (produzido junto com Rafael Conde, em 1993) e documentário sobre a linguagem dos sinos de Minas, realizado em 2003, com recursos da Lei de Incentivo à Cultura. Na Rede Minas, também já prestava consultoria há dois anos em campanhas culturais e trabalhos de registro de restaurações.

Jason destaca que a proposta do programa é criar conteúdos culturais de

aprofundamento que possam, ao mesmo tempo, gerar conhecimento para o povo mineiro e formar um acervo com registros das manifestações culturais das várias Gerais. "O **Bem Cultural** é um esforço para criarmos na população a consciência de que patrimônio é muito mais que uma arquitetura fenomenal. Tombamento não é o único meio de proteção patrimonial e essa proteção não se limita a bens materiais. Nossa cultura é um bem que deve ser preservado, amplamente registrado e muito divulgado", explica.

Para o coordenador do **Bem Cultural**, a produção traz ainda outro benefício que é o de funcionar como laboratório de experimentação no registro do patrimônio imaterial. Jason Santa Rosa aponta que, diferentemente do trabalho com bens materiais, o olhar sobre manifestações culturais como bens patrimoniais é algo ainda muito recente e requer uma nova abordagem. "Além de muito dinâmicos, os bens imateriais requerem uma capacitação profissional diferente, já que seu estudo trata, prioritariamente, com o ser humano, histórias de vida e crenças diversas", explica. Ele ressalta que a metodologia empregada passa mais pela história oral e pelo registro audiovisual, documentação fundamental para a preservação da memória a que o IEPHA se propõe fazer.



Equipe do programa: Jason Santa Rosa, Bernard Belisário e Benvinda R. D. Moura

No ateliê, técnica e paciência são fundamentais

Calma, paciência, cuidado e muita dedicação. Características imprescindíveis dos marceneiros, técnicos e analistas em restauro, servidores da Gerência de Elementos Artísticos do IEPHA.

O trabalho deles consiste em uma viagem ao passado para – antes de restaurar imagens, pinturas, sinos, urnas funerárias, relógios, acompanhar e fiscalizar obras – fazer um estudo minucioso sobre as técnicas e os materiais usados na sua composição. Isso nem sempre é fácil, às vezes são necessários muitos meses ou até anos para conclusão do trabalho. É o caso das urnas funerárias indígenas encontradas na cidade de Pedrinópolis, no Triângulo Mineiro. As urnas chegaram ao IEPHA em 2001 aos pedaços, e ainda está sendo montado o “quebra-cabeça” que trará de volta sete ou oito urnas de aproximadamente 700 anos.

Outro exemplo é o Cristo Crucificado de Cana Verde, cidade do Sul de Minas. Possivelmente datada do século XVIII, a peça estava muito danificada por cupins e tinha sofrido diversas repinturas que a descaracterizaram. Depois de meses de intenso trabalho, para praticamente reconstruí-lo, o Cristo foi devolvido à Igreja do Nosso Senhor Bom Jesus, em sua cidade-natal, para as comemorações da Semana Santa deste ano.

| Raridade de grandes proporções

Um minucioso trabalho de recuperação também foi feito em uma peça de grandes proporções, o que acarretou em cerca de cinco anos de dedicação. É um quadro de óleo sobre tela, de 3,05m x 1,95m, representando o patriarca da Independência, José Bonifácio. A pintura, que pertence à Escola Estadual José Bonifácio, em Belo Horizonte, foi enviada ao IEPHA em 2002, por membros do colegiado da instituição de ensino que, em ofício, se referiram à peça como: “Uma obra de arte muitíssimo especial, um autêntico DE VILLARES”. A autoria não tem confirmação oficial.

A pintura – em tons pastéis, contrastando com cores vivas – retrata as fases históricas do Brasil desde o seu descobrimento. Em primeiro plano, José Bonifácio aparece de pé, com roupas típicas do período imperial. No segundo plano, a representação da Independência do Brasil, a Lei do Ventre Livre e a Inconfidência Mineira. O quadro traz moldura escalonada com motivos geométricos, em formato de folhas douradas e marmorizado em preto e castanho.

Possivelmente datada de 1927, a tela chegou ao ateliê do IEPHA com grandes cortes, arranhões profundos, rabiscos de grafite, com marcas de fita adesiva e perda grande de pintura na área da assinatura. A moldura também se encontrava bastante danificada pelo tempo, empenada e infestada por cupins.

| Autoria

A autoria provável do quadro é de Décio Villares (1851–1931), artista que, entre outros grandes trabalhos, também desenhou a atual bandeira do Brasil e teve parte de suas obras queimadas por sua esposa após sua morte. Ainda não foi possível confirmar sua



autoria, pois a escola não possui documentos que comprovem a procedência do quadro.

Patrícia de Oliveira, técnica em restauro da Gerência de Elementos Artísticos, esteve em maio último no Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, que tem em seu acervo obras de Décio Villares. Ela fez uma análise de outras telas do autor, inclusive uma de Tiradentes que é representada no fundo da de Bonifácio, recuperada pelo IEPHA, para confirmar a autoria. Porém, não encontrou uma tela com as mesmas proporções para que se fizesse uma comparação exata entre as assinaturas. “Não me sinto à vontade para mexer na região da assinatura, a perda de tinta é grande e eu ainda não tenho subsídios técnicos suficientes para confirmar a autoria”, relata Patrícia.

Enquanto a restauração é finalizada, a comunidade escolar prepara um novo espaço na escola para receber de volta o quadro.



Uma vida dedicada à preservação

Logo no início da década de 70, um personagem-chave passou a integrar a equipe do recém-criado órgão estadual de patrimônio histórico, o IEPHA/MG. Trata-se do engenheiro, arquiteto e urbanista Luciano Amédée Péret, profissional então já reconhecido no Estado tanto por sua experiência na Escola de Arquitetura quanto por projetos de visibilidade, como o Palácio dos Despachos. Especialista em restauração arquitetônica, por mais de 15 anos teve atuação destacada no Instituto, chegando, inclusive, a presidi-lo. Ajudou a escrever e manter viva parte da memória de Minas Gerais, conquistando enorme respeito e admiração. Ainda hoje, aos 80 anos e aposentado, o professor Péret – como é conhecido – mostra que mantém olhar atento e coração devoto à preservação do patrimônio cultural de Minas.

Como o senhor avalia o período em que esteve à frente do IEPHA? Que tipo de aprendizado essa experiência lhe proporcionou?

Na criação do IEPHA, há quase 40 anos, houve todo o esforço inicial de fazer o levantamento dos bens do Estado, com o intuito, mais do que registrar, de proteger e restaurar o acervo. Naquela época, o conceito de preservação do patrimônio ainda não era difundido e foi preciso vencer a onda modernizante da década de 70 para garantir o registro da história. Como um de seus fundadores, diretor executivo, de 1971 a 1979, e presidente, de 1979 a 1983, sinto orgulho de ter participado de um dos primeiros tombamentos do IEPHA, que foi o do Palácio da Liberdade. E lembro com saudade dos intensos trabalhos no Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade, Palácio da Justiça e Parque Municipal, em Belo Horizonte, Mosteiro de Macaúbas, em Santa Luzia; Parque Cabangu, em Santos Dumont; Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale, entre outros. São experiências inesquecíveis, aprendidas e vividas ao lado de expoentes da cultura mineira que se dedicaram na preservação dos bens culturais, como o professor Sylvio de Vasconcellos, Affonso Ávila, Ivo Porto de Menezes, Abílio Machado, Juko Carneiro de Mendonça, dom Oscar de Oliveira, Tarquínio José Barbosa, entre outros.

Como o senhor vê as políticas atuais de proteção ao patrimônio?

A criação do IEPHA foi um dos grandes passos. Até então, tudo que se fazia dependia do governo federal. Hoje, a importância do trabalho de preservação está garantida na Constituição Federal. O governo de Minas Gerais, com a lei “Robin Hood”, incentiva a preservação do patrimônio histórico e cultural e, a nível municipal, os Planos Diretores das cidades estabelecem formas de preservação do patrimônio, além da criação de leis específicas estabelecendo incentivos à preservação. Pela ação do Ministério Público, qualquer cidadão pode impedir a destruição ou descaracterização de um bem de interesse cultural. Tudo isso são avanços enormes. Mas, se por um lado surgiram novos atores e modelos de gestão, por outro, é preciso existir uma interação entre os níveis de Poder, as comunidades locais e o setor privado.

O senhor acredita que houve alguma mudança quanto ao comportamento e engajamento da sociedade em torno do tema?

Após a criação do IEPHA, houve uma nítida mudança no comportamento da sociedade que foi e está sendo construído ao longo dos anos. A

sociedade passou a dar valor aos bens culturais, está enxergando que é preciso preservar a história, o registro e as referências de uma cultura. Mas a falta de informação ainda é um dos fatores que interferem nas ações de preservação do patrimônio cultural e arquitetônico. Os tombamentos, por exemplo, ainda são vistos como um congelamento do imóvel ou prejuízo, no caso de bens particulares. Mas já é possível compatibilizar o uso moderno com a preservação do patrimônio.

Concorda com a visão de que o melhor guardião do patrimônio é a própria sociedade?

A sociedade tem um papel primordial neste processo, porque todo o trabalho de preservação é feito buscando a valorização ética e o resgate da identidade cultural dela própria. Mas o envolvimento da população tem que ser feito em conjunto com o governo. Não há como a população preservar sem um embasamento legal e um suporte histórico. O Estado tem que zelar pelo patrimônio cultural do povo e, ao mesmo tempo, incentivar e garantir, por meio de suporte técnico adequado, formas de participação da sociedade. O resgate de uma história é uma forma de recuperar a auto-estima de uma comunidade e uma forma de o povo exercer sua cidadania. Preservar a memória é um trabalho conjunto.

São muitos os novos projetos de proteção ao patrimônio que priorizam o acesso da população aos bens culturais protegidos. Exemplo em Belo Horizonte é a criação do Circuito Cultural Praça da Liberdade. Como o senhor vê essas iniciativas?

Toda iniciativa na área de preservação é bem-vinda, principalmente quando facilita o acesso da população. Como arquiteto, vejo que é preciso sempre definir claramente os critérios, políticas e linhas de atuação para que o patrimônio não seja um bem para consumo das elites. Ele deve ter uma função social, ajudando a vencer as nossas desigualdades e integrando o povo através de sua identidade.

Nosso estado tem um dos maiores acervos culturais do país. Para o senhor, que tem uma trajetória de vida fortemente marcada pelo trabalho de registro, proteção e recuperação do patrimônio mineiro, em que pé estamos?

O acervo de Minas é vastíssimo e o que temos hoje é o resultado de um trabalho intenso iniciado pelo IEPHA, que deu um violento impulso ativando toda a área de preservação. Mas muito ainda precisa ser feito, com os recursos tão escassos nessa área. Além de divulgar a importância dos bens culturais para a sociedade brasileira, é preciso formar pessoas especializadas na área de proteção, para fiscalizar, recuperar e garantir a preservação da história.

Hoje, com toda a experiência que o senhor acumulou, que mensagem deixaria em relação à preservação?

Minas Gerais deve se fazer presente através de seus órgãos culturais, procurando assim participar da preservação da nossa memória cultural. A unidade nacional tem como um de seus fatores essenciais a preservação

legítima dessa cultura. Manter a nossa identidade cultural é dever de todos, pois, alicerçados no passado poderemos compreender o presente, estabelecendo um futuro sempre promissor.

E gostaria de registrar o reconhecimento do trabalho de várias gerações de funcionários do IEPHA que trabalharam – e os que hoje continuam neste trabalho – para a manutenção da identidade e história do Estado. Minas tem a vocação da cultura. Todos os mineiros devem se empenhar na defesa de nosso patrimônio cultural.

“Manter a nossa identidade cultural é dever de todos, pois, alicerçados no passado, poderemos compreender o presente, estabelecendo um futuro sempre promissor”.



Acervo IEPHA/MG

Professor Péret entre os funcionários do IEPHA/MG
Joacir Concelos e Sílvio Guido





PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

O detalhe está na fachada da Igreja de São Francisco de Assis, de Ouro Preto. O medalhão sobre a portada foi desenhado por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, assim como a planta geral da construção, a tribuna do altar-mor, o púlpito, o retábulo da capela-mor e altares laterais.

A cena representada é a da imposição das chagas no Monte Alverne. Ela mostra a imagem de São Francisco ajoelhado e de braços abertos em louvor a Jesus. As representações de nuvens em espirais, de uma igreja, do tronco de uma árvore, de Jesus como um Serafim Alado, assim como as figuras de vários anjos e os demais são típicos do Barroco mineiro. Cheia de rebuscamento e simbolismos, a composição mostra ainda conchas, laços, guirlandas e muitas flores como o lírio e a alfazema, e vários detalhes esculpidos em pedra sabão.

A Igreja de São Francisco de Assis foi construída no século XVIII por encomenda da Ordem Terceira de São Francisco. É considerada uma obra-prima, pertencente à terceira fase do Barroco Mineiro, que é caracterizada por elementos do estilo Rococó, tão em voga na época na Europa, e que foram incorporados ao estilo mineiro.



BLOCO DE NOTAS

| Orientação aos municípios

Para orientar gestores culturais dos municípios mineiros em relação à preservação de seu patrimônio cultural e aos cuidados exigidos com os documentos produzidos e enviados ao IEPHA para pontuação no ICMS Patrimônio Cultural, a Diretoria de Promoção do instituto criou o Programa de Orientação e Fiscalização (POF).

O POF começou a ser desenvolvido pelos técnicos das gerências de Cooperação Municipal e de Documentação, em maio último, depois que foi verificado, em cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Vale do Jequitinhonha, que quase toda a documentação armazenada, além

de incompleta, não estava acessível à população. Segundo o Artigo 12 da Deliberação Normativa 01/2005, os municípios devem conservar integralmente todos os documentos enviados para pontuação no ICMS e colocá-los acessíveis à população.

Técnicos da GCM, além de tirarem dúvidas quanto à elaboração dos documentos, fiscalizam os bens tombados pelos municípios, para verificar se são coerentes as informações prestadas ao IEPHA nos laudos de estado de conservação. “Se as informações estiverem incorretas, o município pode perder pontuação”, alerta a gerente Débora Marquetti.

Já técnicos da GDI auxiliam na organização dos documentos: “Na época de enviar as informações para o ICMS Cultural, os municípios procuram o IEPHA para tirar dúvidas, agora, através de uma orientação individual, é a nossa vez de procurá-los”, conta a gerente Andréia Santos Xavier, que também informa que “o programa não tem caráter punitivo, os municípios são avisados com antecedência das nossas visitas”.

Próximas viagens já estão agendadas. Neste mês, as visitas serão em municípios do Vale do Jequitinhonha; em agosto, em Lagoa Santa e Mateus Leme; em setembro, Ribeirão das Neves; outubro, São José da Lapa, Rio Acima e Raposos. A intenção é visitar o maior número possível de cidades para assegurar a descentralização das políticas de preservação.



<< Equipe da DPR em visita ao município de Esmeraldas dentro do Programa de Orientação e Fiscalização

Alunos de Santana do Paraíso descobrem o passado



Divulgação

Estudantes apresentam seus trabalhos 

Identificar patrimônios culturais no entorno das escolas e inserir a prática da preservação no cotidiano das futuras gerações. Com esse objetivo foi desenvolvido o projeto de educação patrimonial da cidade de Santana do Paraíso, município da região metropolitana do Vale do Aço.

O projeto – que envolveu crianças do 2º ao 5º ano de escolas públicas municipais, comunidade escolar e pais – foi incorporado à proposta pedagógica e trabalhado entre fevereiro e abril deste ano. O ponto de partida foi uma apresentação do patrimônio histórico aos alunos: igrejas, casarões, estações ferroviárias, sítios naturais, cachoeiras e lagoas.

Depois, em sala de aula, cada professor trabalhou o tema de acordo com sua disciplina. Nas aulas de História, o aluno foi incentivado a pesquisar o passado do bem. A localização e a leitura de mapas foram o foco das lições de Geografia. Nas aulas de Ciência, os estudantes questionaram sobre a composição dos materiais utilizados na construção, enquanto nas aulas de Matemática discutiram qual o seu custo. Durante todo o período de realização do projeto as crianças fizeram trabalhos de artes com supervisão da professora de Educação Artística e produziram relatórios e textos para a disciplina de Português.

Jeová Pereira de Jesus, gerente da seção de cultura da prefeitura, diz acreditar que é conscientizando e educando a base que é possível solidificar a preservação e a memória dos bens e patrimônios culturais de uma localidade. Segundo Mithsuelen Paiva Cezar, 11 anos, da Escola Municipal João Matias de Oliveira, a experiência não foi só conhecer o

passado e como os antepassados preservaram isso para as gerações futuras, mas também aprender a preservar ainda mais.

Todos os trabalhos produzidos durante as aulas serão revistos, copiados e analisados pela equipe pedagógica de cada escola e depois enviados para os arquivos da Biblioteca Pública Municipal Romancina de Oliveira Barbosa, que fará, no final deste ano, uma exposição de todo o trabalho realizado no município. “Você deve se perguntar: Isso é tão importante assim? Mas claro que é, se não fosse, como iríamos descobrir, por exemplo, a história dos egípcios e dos homens das cavernas? Tudo envolve o patrimônio cultural”, avalia Vitor Daniel Castro de Oliveira, 9 anos, da Escola Municipal João Matias de Oliveira.

***“Vai povo paraense
Me ajude a reformar
O Casarão Velho Ipaba
Vamos todos trabalhar.”***

Paródia da música Galera Coração, da dupla Edson e Hudson,
feita por um aluno do 5º ano da EM José Dias Bicalho Filho

Ainda segundo Jeová, o projeto não pára por aqui. “Já para o segundo semestre pretendemos confeccionar, com os bens culturais tombados e inventariados de Santana do Paraíso, álbuns de figurinhas que serão distribuídos gratuitamente à rede pública de ensino e organizar uma feira onde os alunos irão literalmente ‘trocar figurinhas’ e indiretamente promover um intercâmbio entre as escolas e as comunidades”.

Homem, paisagem e memória

Letícia Schirm*

A comunicação **Tombamento de Bens Naturais: um olhar sobre a paisagem** é uma proposta de reflexão sobre os trabalhos desenvolvidos pelo IEPHA/MG que possuem como objeto de estudo as paisagens culturais. A finalidade da apresentação é compartilhar com os participantes do XVI Encontro Regional da Associação Nacional de História as experiências interdisciplinares na elaboração dos Processos de Tombamento de “bens naturais” que estão em curso no Instituto. (Leia sobre o encontro na página 02).

Para alcançar esse objetivo, inicialmente, apresentou-se o desenvolvimento do conceito de paisagem cultural, a partir da ampliação da categoria monumento natural, ao reconhecer que as paisagens são formadas por elementos naturais, artificiais e culturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as formas. E mais, que essas características podem ser subjacentes, intrínsecas e, às vezes, atribuídas a determinado local, transformando-o em patrimônio a ser preservado, conservado e difundido.

Para promover essa compreensão dilatada da paisagem, enquanto produto da cultura, tornou-se necessária a formação de uma equipe interdisciplinar no IEPHA, capaz de apreender as diversas informações relacionadas ao objeto de pesquisa. E as pesquisas desenvolvidas por esses profissionais serão substrato para a compreensão do espaço estudado, vislumbrando não apenas as transformações físicas, mas também forma de apropriação, utilização e interação das populações locais com aquela paisagem cultural.

Atualmente, a Gerência de Patrimônio Material vem desenvolvendo três trabalhos relacionados a esse tema: São os tombamentos da Serra dos Cristais, em Diamantina, da Serra de São Domingos, em Poços de Caldas, e da Serra da Calçada, nos municípios de Nova Lima e Brumadinho (cujo tombamento provisório foi aprovado pelo Conep em 30 de junho. Veja matéria na página 03).

As pesquisas têm revelado detalhes da apropriação de cada sítio, que poderiam passar despercebidos. A Serra dos Cristais, por exemplo, sempre foi considerada como pano de fundo, moldura para o casario remanescente do núcleo histórico do arraial do Tijucu. No entanto, estudos têm demonstrado que existiram outros tipos de apropriação por parte dos habitantes primitivos daquela região, que consideravam as serras daquela região como sagradas, ou com feições ligadas à religião. Daí advêm inúmeros mitos e lendas que forjam as identidades locais e as formas de relacionamento com o espaço.

Já em Poços de Caldas, a relação estabelecida entre a população e a Serra de São Domingos ocorre na parte Sul, voltada para a cidade. O imaginário parece ser todo construído em relação ao Cristo, localizado no cume da serra. O flanco Norte aparece quase sempre relacionado aos empreendimentos de exploração mineral (principalmente bauxita) e especulação imobiliária, chamando pouca atenção dos habitantes da cidade.

Por último a Serra da Calçada, trecho da Serra da Moeda, na qual se localiza um conjunto de vestígios elucidativos para a compreensão da extração aurífera realizada na região, durante o século XVIII. Esses indícios são compostos por ruínas de edificações, muros, tanques, diques, todos erigidos em pedra, dentre os quais se destaca o chamado “Forte de Brumadinho”, além de talhos abertos e túneis perfurados nas encostas.

Por tudo isso, fica evidente que a paisagem cultural possui características que afetam a formação da identidade local, regional ou nacional das comunidades que interagem com o espaço. Embora pertencente à natureza, a paisagem possui significados e valores culturais que justificam a sua preservação e a elaboração de trabalhos voltados para a relação homem, paisagem e memória. São esses substratos que merecem ser estudados e revelados, permitindo assim sua fruição pelas gerações futuras.

* Historiadora e Analista de Gestão, Proteção e Restauro da Diretoria de Proteção e Memória





Acervo IEPHA/MG

Capela de Nossa Senhora do Rosário, em Chapada do Norte

A Capela de Nossa Senhora do Rosário, tombada pelo IEPHA em julho de 1980, é referência para a cidade de Chapada do Norte, na região do Alto Jequitinhonha. Além de sua função religiosa, é palco da comemoração mais tradicional da cidade, a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que acontece sempre no mês de outubro. A celebração reúne a população local, os moradores da região e ainda atrai grande número de turistas de várias partes de Minas e do Brasil.

| Construção

A capela tem partido arquitetônico simples, porém esta simplicidade exterior contrasta com a riqueza de sua ornamentação interna. A estrutura da construção é de madeira e taipa de sebe e o telhado apresenta duas águas, com beiradas em cachorro.

A edificação é composta por capela-mor e uma única sacristia lateral à esquerda. Na lateral oposta há uma sinaleira rústica. A porta é almofadada e duas pequenas janelas têm balaústres de madeira recortada.

Não há documentos relativos à sua construção e nem registros sobre o autor das pinturas internas de excelente qualidade. Pode-se

presumir apenas pelas características da edificação que a capela pertence à segunda metade do século XVIII.

O francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1817, atesta a antigüidade do monumento em relato que escreveu por ocasião de sua passagem pela região: "Além desse templo (a matriz), existe ainda outro que pertence aos negros, e que, segundo o costume, é dedicado à Nossa Senhora do Rosário, cuja imagem é sempre negra". No ano de 1820, o historiador Pizarro e Araújo, em suas "Memórias Históricas do Rio de Janeiro", também faz menção à temporalidade da capela.

Outro indicador da época de sua construção é o conjunto de talha de seus altares, contemporâneos dos retábulos barrocos da matriz de Santa Cruz, do mesmo município, que por sua vez se harmonizam com os estilos vigentes nas Minas Gerais dos anos 1760.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário passou por processo de restauração da estrutura, do piso e de seus elementos artísticos em 2006.

* Referência: Dossiê de tombamento do IEPHA/MG da Capela de Nossa Senhora do Rosário do município de Chapada do Norte/MG.



▲ “A Apresentação de Maria” óleo sobre tela do pintor Denis Calvaert (1540 – 1619)

Natividade e infância da Virgem Maria

Na Igreja católica não se celebra a data de nascimento de um santo, mas sim a de sua morte, que corresponderia ao dia de sua entrada na vida eterna. Somente em três casos comemoram-se as festas no dia do nascimento: Jesus Cristo, no Natal, São João Batista, a 24 de junho, e a natividade da Virgem Maria, a 8 de setembro.

Em Portugal, a palavra natividade foi reservada para a data do nascimento da Virgem Maria e a comemoração de N. Sra. da Natividade é relacionada à festa da Imaculada Conceição de Maria, em 8 de dezembro, nove meses antes, intervalo correspondente ao período de gestação de Maria no ventre de Santa Ana.

A Igreja Católica celebra o nascimento da mãe de Jesus desde o ano 33 da era cristã no Oriente, introduzida no Ocidente no século VII.

| Apresentação

A apresentação da Virgem Maria no Templo de Jerusalém é narrada pelo proto-Evangelho de Tiago. Tendo apenas três anos de idade, foi ali levada por seus pais, Ana e Joaquim, em cumprimento a uma promessa, para receber educação juntamente com outras meninas.

A Igreja oriental distinguiu este fato com as honras de uma festa litúrgica. Já a Igreja ocidental conhece a comemoração da Apresentação de Nossa Senhora desde o século VIII. Foi estabelecida oficialmente pelo Papa Gregório XI, em 1372, só para a corte papal; e, em Avignon, em 1585, o papa Sixto V ordenou que fosse celebrada em toda a Igreja.

A cena, existente apenas em pinturas, mostra Maria subindo as escadas do Templo, resoluta e sem medo, numa solene consagração da sua vida a Deus, sob os olhos de seus pais, de outros presentes e do Sumo sacerdote. Ali ela passaria sua infância, ocupando-se de trabalhos concernentes ao serviço santo e outros de agulha, canto e música. O grande véu do templo, que na hora da morte de Jesus se partiu de alto a baixo, teria sido confeccionado por ela e suas companheiras.

A comemoração litúrgica da Apresentação de Maria – que não deve ser confundida com a apresentação que Maria fez de Jesus no templo, 40 dias após o Natal – é a 21 de novembro.

No próximo número, conheça a iconografia da Anunciação